



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

## **PROCESSOS DE TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL**

**REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA TRABALHO E A ATIVIDADE PROFISSIONAL DO  
ASSISTENTE SOCIAL**

**ISAURA GOMES DE CARVALHO AQUINO<sup>1</sup>**

**DENIS CARVALHO ALMEIDA<sup>2</sup>**

**ISABELA LAGIOTO HESPANHOL SIMÕES<sup>3</sup>**

### **RESUMO:**

O artigo busca refletir sobre a atividade profissional de assistentes sociais e os fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da profissão, discutindo brevemente acerca da perspectiva que reconhece a atividade profissional de assistentes sociais como trabalho. Assim, inserida em processos de trabalho que contribuem para a valorização do capital, evidenciando suas limitações e contradições.

**Palavras-chave:** Processos de Trabalho, Serviço Social, Trabalho.

### **ABSTRACT:**

The article seeks to reflect on the professional activity of social workers and the theoretical, methodological and historical foundations of the profession, briefly discussing the perspective that recognizes the professional activity of social workers as work. Thus, inserted in work processes that contribute to the valorization of capital, highlighting its limitations and contradictions.

**Keywords:** Work Processes, Social Service, Work.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>2</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

<sup>3</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora

## Introdução

O presente texto é resultado do projeto de Iniciação Científica “Os Fundamentos Teóricos, Metodológicos e Históricos do Trabalho do Assistente Social”, tendo como metodologia a análise qualitativa, partindo da revisão bibliográfica acerca da obra, *O Capital* de Marx (2017) e de clássicos do campo crítico do Serviço Social, como as obras de Yamamoto (1982; 2018a), visando fortalecer o debate crítico sobre os fundamentos teóricos, metodológicos e históricos da profissão e refletir acerca do trabalho de assistentes sociais.

Ao longo das últimas décadas perpassa no Serviço Social, ainda que esporadicamente, o debate acerca da atividade profissional de assistentes sociais ser ou não trabalho, sobretudo, após a publicação das diretrizes curriculares pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABESS – atualmente, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ao reconhecer e caracterizar o exercício profissional como trabalho especializado inserido em processos de trabalho diversos.

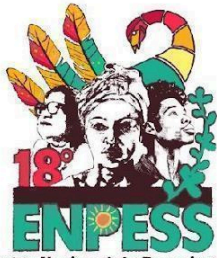
Tais debates, dentro do campo histórico-crítico, desdobram-se das diferentes compreensões, com maior ou menor profundidade, acerca da obra marxiana, principalmente, sobre a categoria trabalho e sua relação no processo de produção de valor e mais-valor. É, no meio desta discussão, que se percebe a importância de reconhecer o Serviço Social e sua inserção no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Desta forma, tem-se como objetivo refletir acerca de algumas considerações acerca da perspectiva que reconhece a atividade profissional como trabalho e apreende a profissão como mais um elemento no processo de trabalho, ou seja, de produção de mais-valor e valorização do capital, considerando as contradições que envolvem o trabalho profissional.

## O capitalismo no Brasil e a gênese do Serviço Social

Sendo que o modo capitalista de produção tem sua base na propriedade privada dos meios de produção, a relação entre a forma de propriedade e as forças produtivas, no capitalismo, se estabelece da seguinte maneira: os meios de produção são de propriedade privada de uma classe específica, enquanto a força de trabalho pertence a outra classe.

Assim, o capitalismo é caracterizado, para além dessa divisão entre os meios de produção e a força de trabalho, pela exploração econômica do trabalho, que se diferencia dos métodos de



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

exploração baseados em violência ou coerção, como vistos em épocas feudais e escravistas. No capitalismo, a exploração é fundamentada na extração do mais-valor, representando o excedente econômico convertido em lucro, que, posteriormente, se transforma em acumulação de capital nas mãos dos detentores dos meios de produção, o que é confirmado por Carvalho (2000, p.22) ao afirmar que:

[...]sempre que uma parte da mais-valia obtida e realizada não se destina ao consumo pessoal do capitalista e é investida na aquisição de meios de produção e força de trabalho adicionais, ou seja, investida como capital adicional (mais meios de produção e força de trabalho) num circuito contínuo, tem-se a acumulação de capital e a reprodução em escala ampliada.

Posto isso, para que esse modo de produção possa existir e se reproduzir, fomenta-se um cenário em que a desigualdade e a miséria estão cada vez mais presentes, emergindo, portanto, a questão social. Para Netto (2001, p.42):

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação.

É importante salientar, entretanto, que o pauperismo só se torna uma expressão da questão social a partir dos desenvolvimentos sócio-políticos, ou seja, quando passou a ser reivindicado pela população que vivia em circunstâncias miseráveis.

No entanto, sendo o Brasil um país colonial e com uma forte dependência, tem-se que a consolidação do capitalismo nesse contexto possui algumas peculiaridades que serão descritas a seguir.

A priori, tem-se que o país não passou por uma revolução burguesa clássica, mas sim, por uma revolução burguesa não clássica, em que as tarefas nacionais, democráticas e populares não foram realizadas, de modo que a transição de uma sociedade colonial para uma sociedade tipicamente capitalista se deu de forma longa e difícil. Vale ainda ressaltar que, para a burguesia brasileira, tida, também por Fernandes (1975), como uma burguesia débil e dependente, não era interessante realizar as reformas estruturais feitas nos países que passaram por uma transição clássica, visto que, realizá-las poderia significar o rompimento com os elementos arcaicos que sustentam os elementos modernos da sociedade capitalista no Brasil.

Posto isso, temos que a revolução burguesa no Brasil foi se dando de uma forma gradativa e descompassada, de modo que as transformações econômicas, políticas, estruturais, culturais e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ideológicas aconteceram de forma desencontrada, podendo inclusive contar com o Estado e a produção capitalista em estágios de desenvolvimento diferentes. Como consequência da forma como ocorreu essa revolução no Brasil, o país conta com inúmeras questões históricas não resolvidas, a exemplo da questão racial, da questão agrária, da questão da dependência, da questão da democracia restritiva, entre outras, que, caso sejam resolvidas, colocariam em risco o capitalismo e a dominação burguesa na sociedade brasileira. Além disso, a inexistência dessas reformas estruturais gerou para a classe trabalhadora brasileira a não garantia de condições mínimas de participação nos bens socialmente produzidos, na vida pública e na dinâmica política da sociedade, tornando-se, portanto, uma classe superexplorada e super subordinada, com uma maior fragilidade de direitos.

Compreender a questão social é fundamental para entender a profissão no Brasil e sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho.

Assim, o pauperismo começa a ser denominado como questão social a partir do momento em que há desdobramentos sócio-políticos em razão da questão social. Dessa forma, a questão social diz respeito aos desdobramentos sócio-políticos que, por sua vez, dizem respeito à organização por parte dos trabalhadores. No entanto, cabe salientar que consciência política não significa necessariamente compreensão teórica, de modo que os trabalhadores terem tomado a iniciativa de se manifestar não significa, necessariamente, que houve a compreensão da gênese e dos processos de reprodução da questão social. Essa compreensão se dará mais a frente com a apropriação da teoria social crítica de Marx por parte de um setor dessa classe trabalhadora. (NETTO, 2001)

Entretanto, a partir do momento em que essa movimentação ameaça a hegemonia do Estado burguês, faz-se necessário a concessão de respostas para a questão social. Por conseguinte, nas décadas de 1920 e 1930, o Estado, a partir de uma perspectiva conservadora que busca despolitizar esse termo, atende as demandas da classe trabalhadora através de vias assistencialistas e repressivas.

Mas, também nessas décadas, houve uma significativa melhoria na economia, enquanto as condições de vida dos trabalhadores continuaram precárias, o que colocou como característica fundamental da sociedade brasileira um profundo dualismo, já que, de um lado encontrava-se uma moderna sociedade industrial, e do outro encontrava-se uma sociedade desigual e primitiva.

Com o desenvolvimento econômico não se transmutando em desenvolvimento social, surgem novas expressões da questão social que apenas a repressão e a assistência não eram



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

capazes de responder. Assim surgem as políticas sociais e o Serviço Social é, portanto, introduzido no Brasil, surgindo então como uma profissão capaz de ser responsável pela execução destas, assim como justificado por Netto ao dizer que:

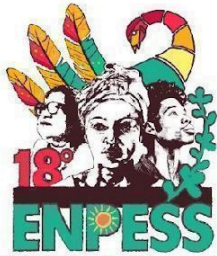
[...] na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para criar um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas é a existência deste espaço que leva à constituição profissional.” (NETTO, 2009, p. 73)

Cabe apontar que o Serviço Social neste cenário, por mais que não seja a evolução da caridade ou da assistência, possui uma inegável influência da Igreja Católica. Ou seja, é a ação social católica que dá o direcionamento teórico e prático do Serviço Social em meados de 1930. Nesse viés, a profissão exercia sua função de acordo com uma perspectiva moralizante, com as contradições próprias do modo de produção capitalista, sendo entendidas como desajustes sociais do indivíduo, de modo que a pobreza, a fome, entre outras expressões da questão social, não eram consideradas partes da dicotomia que fundamentava o capitalismo, mas sim, elementos que partem do modo de agir da sociedade. Assim, a atenção é voltada para o sujeito e não para a estrutura social, realizando então o controle do proletariado emergente. Portanto, a função do Serviço Social, assim como dito por Verdès-Leroux (1986, p.15), era atuar “[...] *no modelamento da personalidade do indivíduo de acordo com a visão de mundo da burguesia adaptada sob a forma de certo humanismo cristão.*”, em outras palavras, a profissão deveria ajustar o sujeito à realidade, uma vez que, naquele contexto, não se questionava a realidade.

### **Renovação do Serviço Social e a interlocução com o marxismo**

Todavia, de 1965 a 1975, no Brasil, temos um amplo movimento de discussão sobre a profissão de Serviço Social e a sua forma de atuação diante, que é o que nós denominamos na América Latina como movimento de reconceituação e, no Brasil, como processo de renovação. A qualidade que era comum nas diferentes correntes do movimento de reconceituação, era justamente essa contestação da profissão como algo que visava rearranjar a ordem social ao invés de superá-la. Sendo assim, o movimento de reconceituação realiza uma busca teórico-metodológica a fim de conseguir respostas para seus questionamentos, e é dessa forma que a profissão, no Brasil, se aproxima de diferentes referenciais teóricos, dentre eles, diversas perspectivas de Marx, mesmo que de forma eclética e enviesada.

No entanto, é importante ressaltar que, as obras de Marx no Brasil nortearam a profissão tardiamente, graças ao conservadorismo presente no Serviço Social e ao fato de que a profissão,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

antes de sua renovação, se entendia como uma profissão prática e, portanto, sem necessidade de se nutrir teoricamente para melhor direcionar sua ação.

São três os momentos que marcam essa aproximação do marxismo com o Serviço Social, sendo o primeiro deles por via da militância, que acreditava ser possível a transformação da ordem societária por meio da profissão, revelando o caráter revolucionário dessa aproximação, além de, partidário, uma vez que nesse momento a leitura de Marx era monopolizada pelo Partido Comunista Brasileiro. Cabe apontar que a leitura de Marx nesse primeiro momento foi interrompida por conta do processo ditatorial que teve início no Brasil, sendo retomada apenas na vertente do processo de renovação denominada de Intenção de Ruptura, trazida pela Pontifícia Universidade Católica - PUC de Belo Horizonte.

O segundo momento se caracteriza a partir de uma consolidação acadêmica do Serviço Social, quando há uma expansão dos cursos de formação da profissão nas universidades públicas, juntamente com a consolidação dos mestrados e doutorados de Serviço Social. No entanto, esse marxismo acadêmico não chegou à totalidade da profissão.

O terceiro e último momento materializa-se com o processo de redemocratização do Brasil, podendo então ocorrer uma leitura radical marxiana e a compreensão de sua atualidade. Em 1979, um marco importante de ruptura com o Serviço Social tradicional e o conservadorismo na profissão foi o Congresso da Virada, que, segundo Luiza Erundina, se deu “[...] como resultado do acúmulo de forças que vinha sendo construído ao longo do processo de organização política da categoria e de preparação do III CBAS” (2009, p.118). De acordo com essa mesma autora, em uma publicação que comemorava os 30 anos do evento,

Esse Congresso, portanto, foi um marco na história do Serviço Social no Brasil, a partir do qual o projeto profissional começou a ser repensado, não só por força das transformações em curso na sociedade brasileira, mas também em razão das contradições existentes no seio da própria profissão. Contradições essas que se explicitaram de forma aguda, ao se confrontarem durante os debates realizados no Congresso. (ERUNDINA, 2009, p.118).

Ainda se tratando do último momento de aproximação da profissão com o marxismo, é apenas com a ampliação do mercado de trabalho, com a efetiva inserção da profissão no universo das academias, e com um profundo processo de laicização da profissão que o amadurecimento intelectual do Serviço Social é impulsionado, sendo esse impulso, além, é claro, do amplo movimento de redemocratização do país e da efervescência dos movimentos sociais, o que permite uma aproximação clara com a obra de Marx.

O marco dessa interlocução é a publicação “Relações sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Iamamoto e de Raul de Carvalho, em 1982. Nessa publicação, Iamamoto e





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Carvalho(1982) entendem o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, portanto, como parte do quadro maior de reprodução das relações sociais capitalistas, sendo a partir dessa obra, a ocorrência de uma ampliação na literatura do Serviço Social e uma mudança radical em sua orientação teórica e, em especial, metodológica. Vale ainda ressaltar que, essa mudança na forma de agir e pensar do profissional de Serviço Social, se deu também a partir da compreensão de assistentes sociais do que é o trabalho para Marx e suas especificidades na sociedade capitalista, compreendendo a questão social como fruto das relações sociais erguidas sob o comando do grande capital. Em suma, a partir da compreensão do capital como uma relação social e não mais como uma relação entre coisas.

Como conclusão, podemos estabelecer que ocorreu uma mudança na formação, que agora conta com novas diretrizes curriculares, graças a aproximação da profissão com a tradição marxista. Ocorrendo também uma mudança na leitura da profissão, que perpassa o reconhecimento enquanto trabalho e do compromisso ético-político com a classe trabalhadora, ainda que, tal apontamento se manifeste de forma hegemônica, não alcança a totalidade da categoria profissional, envolvendo tensões e projetos profissionais em disputa.

### **A atividade profissional de assistentes sociais é trabalho?**

A sustentação do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e do reconhecimento da atividade de assistentes sociais como trabalho vem sendo realizada desde a década de 1980, ineditamente por lamamoto (2018b, p.217):

Desde a década de 1980 sustento ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, distinto da prioridade do mercado, tão cara aos liberais

Contudo, tal consideração não é partilhada de forma homogênea no campo crítico acadêmico e profissional, e vem sendo debatida nas últimas décadas, principalmente após a publicação das diretrizes curriculares do curso em 1996 pela ABESS, que compreende a profissão como trabalho especializado (ABESS, 1996, p.5) e intensifica o debate em torno da categoria trabalho (GILÓ, LIMA, 2018).

No seguinte documento das diretrizes curriculares<sup>4</sup>, é nítido o avanço teórico-metodológico e o amadurecimento do campo crítico da profissão, na superação das perspectivas do Serviço

---

<sup>4</sup> Ver ABEPSS(1996).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Social de caso, grupo e comunidade, das bases conservadoras e positivistas (AQUINO, 2010), ainda que, tal fato se expresse em maior intensidade no âmbito acadêmico. Mas, partindo do que interessa para o presente texto, o destaque para o entendimento do Serviço Social como partícipe de processos de trabalho

determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABESS, 1996, p.5).

Desta forma, o documento parte do entendimento de que o Serviço Social está inserido em diversos processos de trabalho, que expressam o seu campo de atuação e o contexto socioeconômico relacionado, sua conjuntura, inserida dentro da lógica da reprodução social.

Para Marx (2017) trabalho se constitui no metabolismo entre o homem e natureza, atividade exclusivamente humana, realizada a partir de sua capacidade teleológica (de abstração do resultado da ação), que transforma a natureza, cria novos instrumentos, meios de trabalho, em busca de responder necessidades humanas, que também são ali criadas; como apontado por lamamoto (2018a, p.350), *“ao transformar a realidade, o homem transforma a si próprio: o processo de criação, do ponto de vista do sujeito, é processo de autocriação humana”*.

Contextualizando o trabalho no modo de produção capitalista, há de ser ressaltada uma categoria fundamental para refletir tal temática: *a mercadoria*, haja vista que o trabalho é a relação homem e natureza na produção de respostas para suas necessidades e, em meio ao capitalismo, o trabalho é uma “ação” histórica compreendida a partir das relações sociais de produção e reprodução materializada na mercadoria que, de acordo Marx (2017, p.113), *“a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”*, sendo composta por duas grandezas: valor de uso e valor.

Segundo Marx (2017, p.114), *“a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso [...] forma o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”*. Ou seja, representa o potencial daquela mercadoria em responder às necessidades humanas e, será o suporte para o valor de troca, na proporção em que há trocas entre valores de usos.

Portanto, o valor de troca representa quantitativamente a relação entre uma mercadoria e outra. Contudo, é necessário encontrar uma característica em comum entre tais mercadorias, afinal, se as qualidades físicas destas mercadorias podem ser diferentes, no maior vasto da riqueza natural, a característica em comum entre todas elas, está na forma como ocorre a produção de mercadorias, ou seja, o *trabalho humano* (MARX,2017).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Adentramos aqui, na outra grandeza da mercadoria, já mencionada anteriormente, o *valor*. Ao abstrair a característica comum entre mercadorias, o trabalho humano, é necessário equiparar esse trabalho de forma quantitativa a fim de substanciar a troca. Desse modo,

O trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para produção de uma mercadoria, ela só precisa do tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. [...] Portanto, é unicamente a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor... (MARX, 2017, p.117).

Em síntese, a média do trabalho humano socialmente necessário para produção de uma mercadoria define seu valor, que servirá como substância para o valor de troca equiparar os valores de uso. Dessa maneira, se visualiza o caráter histórico da mercadoria e as relações sociais que envolvem a produção, ao reconhecer o trabalho humano o componente central na produção de *valor*.

Em face dessa fundamentação, pode-se pensar, imaginar, que a atividade profissional de assistentes sociais não se caracteriza como trabalho, afinal não está diretamente envolvida na “linha de frente de uma produção”, na relação com a natureza, que nos retoma a olhares e pensamentos para a imagem de um clássico operário fabril<sup>5</sup>.

Partindo, pois, do pensamento marxiano e sua tradição, o caráter ontológico do trabalho é central. A *ontologia*, exclusiva aos seres humanos, é fundamental para a reflexão e apreensão da categoria trabalho em seu duplo caráter: trabalho concreto e trabalho abstrato, historicamente constituído na sociedade capitalista.

Daí decorre ampliar a análise a processo *de trabalho*, que para Marx (2017, p.255):

Num sentido mais amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo.

<sup>5</sup> Tal assunto permeia os debates dentro do campo crítico profissional e acadêmico, que envolvem relevantes contribuições para o debate, com perspectivas que concebem a profissão como “ideologia”, “trabalho improdutivo” e/ou do “setor de serviços” (AQUINO, 2010). Mas que, não serão aqui trabalhadas, vistos os limites do texto e pelo reconhecimento da complexidade da discussão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O que está em discussão é pensar o trabalho para além da definição de metabolismo com a natureza, evidenciando toda a dinâmica do *processo de trabalho* que:

[...]extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. (MARX, 2017, p.258).

Desta forma, entende-se que processo de trabalho é a unidade dos processos de produção e de valorização (MARX, 2017) “O *processo de trabalho* é, então, *processo de autovalorização do trabalho objetivado através do trabalho vivo*” (AQUINO, 2010, p.69). Ao pensar a totalidade que envolve o processo de trabalho (e de valorização), contextualiza-se o *trabalho* dentro da sociedade burguesa, o qual, responde às necessidades humanas, mas, para o capitalista é meio para produção de mercadoria (valor de uso e valor), sobretudo de mais-valor:

O produto - a propriedade do capitalista - é um valor de uso, como o fio, as botas etc. Mas apesar de as botas, por exemplo, constituírem, de certo modo, a base do progresso social e nosso capitalista ser um “progressista” convicto, ele não as fabrica por elas mesmas. Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime pour lui-même* [que se ama por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque, e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção [...] (MARX, 2017, p.263).

Desta forma, “O dinheiro converteu-se em capital” (MARX, 2017, p.271), todo este ciclo de produção de mercadoria, de valorização, mais-valor, consumo, da transformação do dinheiro do capitalista em capital, em mercadorias, ocorre, segundo Marx (2017, p. 271):

No interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção.

Ou seja, ao pensar o trabalho na sociedade capitalista não se pode reduzi-lo a metabolismo homem e natureza, é necessário compreender todo o processo de produção de mercadoria, de valor de uso e de valorização, nesta unidade do *processo de trabalho*, para o qual, falta apresentar mais um elemento fundamental, o da *divisão do trabalho*<sup>6</sup>, em suma, do trabalhador *parcial* e do *coletivo*.

<sup>6</sup> Cabe ressaltar a complexidade e profundidade de tal tema, que não será aqui abordado, envolvendo processos de dominação, alienação, empobrecimento e saúde dos/as trabalhadores/as, sendo desenvolvido no capítulo 11 - Divisão do trabalho e manufatura de Marx (2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A cooperação dentro do mundo do trabalho não é algo exclusivo do capitalismo, mas é neste modo que ela toma configurações particulares em meio a divisão do trabalho. Diferentemente de outras formas de cooperação, no capitalismo os/as trabalhadores não possuem um objetivo em comum em relação ao resultado de seu trabalho, do seu “produto”, são fragmentados em uma engrenagem de produção de vários *trabalhadores parciais* que se constituem no *trabalhador coletivo* combinado (MARX, 2017, p. 414).

É em meio a esta discussão, do *processo coletivo de trabalho*, do conjunto de trabalhadores parciais, que em sua unidade, dentro da esfera da produção e circulação, possibilitam a produção de mercadorias, de valor a ser apropriado pelo capitalista na forma de mais-valor, que se situa a atividade profissional de assistentes sociais dentro da divisão social e técnica do trabalho.

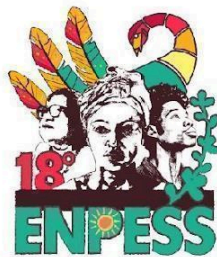
O trabalho de assistentes sociais tem em suas características e particularidades como objeto de intervenção, as expressões da questão social que, a partir de sua formação especializada possui o potencial de um trabalho distinto dos demais, que responde a uma necessidade social, possui um valor de uso, concreto e útil. Conforme Iamamoto (2018a, p.421)

[...]enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas[...].

Porém, existe outra dimensão do trabalho, o trabalho abstrato, o qual muitas vezes é deixado de lado, mas é fundamental para a compreensão da perspectiva aqui defendida, entendendo que, a divisão social do trabalho “*não se esgota na óptica do intercâmbio de trabalhos qualitativamente diferentes, que satisfazem variadas necessidades do ponto de vista do valor de uso dos produtos ou serviços trocados.*” (IAMAMOTO, 2018a, p.418).

Posto o/a assistente social enquanto trabalhador/a assalariado/a, que vende sua força de trabalho junto a um coletivo de outros trabalhadores de forma combinada ou cooperada, mas “só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho assalariado (IAMAMOTO, 2018a, p. 421). Ora, o/a assistente social tendo seu trabalho (concreto e abstrato) quantificado, a partir da média do trabalho socialmente necessário, se faz, inserido no círculo do valor, no processo de produção e valorização

[...] assistente social, enquanto trabalho abstrato, com o trabalho social médio: como parte da alíquota do trabalho total socialmente produzido. As implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor -, da produção e distribuição do valor e mais valia[...] (IAMAMOTO, 2018a, p.418)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, o trabalho do/a assistente social assim como os outros, é trabalho social, parte de equiparação entre trabalho humano abstrato mediado pelo mercado e inserido na divisão social do trabalho, em que vende sua força de trabalho em troca de salário.

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária. É preciso lembrar que, no circuito do valor, o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio (IAMAMOTO, 2018a, p. 420).

Ao vender sua força de trabalho, segundo lamamoto (2018a, p.421) *“ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo”*. Dito isso, ingressa nos mais diversos processos de trabalho, os quais, vão se manifestar de diferentes formas na reprodução das relações sociais, conforme aponta lamamoto (2018a, p.425),

Quando a preocupação é elucidar o significado social desse trabalho no processo de reprodução das relações sociais, é decisivo considerar as particulares condições e relações sociais que emolduram o trabalho profissional para clarificar seus efeitos nos processos sociopolíticos e culturais e no circuito global de (re)produção do capital. Em outros termos, o exercício profissional sob a órbita do Estado, das empresas capitalistas e de entidades privadas não lucrativas tem efeitos e significados distintos no processo de reprodução das relações sociais, porque o trabalho se realiza na relação com sujeitos específicos.

Em síntese, ao se inserir em diferentes *processos de trabalho*, conforme as condições e requisições de seu espaço ocupacional, contribui de diferentes formas no circuito do valor, entendendo as contradições e tensões da profissão, que perpassa com contribuições para usuários/as, mas, também, em procedimentos que possam favorecer a burocracia, a produtividade na produção ou a resolução ou apaziguamento, ainda que pontual, de determinado “conflito”, sobretudo, dentro do caráter assalariado, que incide em sua autonomia,

Verifica-se, pois, uma *tensão entre trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o eu trabalho*. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes históricos, que fogem ao seu controle e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2018a, p.424, *grifos da autora*).

É neste sentido que apontamos a necessidade do reconhecimento da profissão como trabalho, posto seu caráter histórico e de inserção no circuito do valor, de produção e valorização. Esta afirmativa, é fundamental para a apreensão da profissão e de seus fundamentos teórico-metodológicos, em virtude de suas diversas contradições e possibilidades frente ao capital.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Cabe àqueles vinculados ao projeto profissional crítico construído, há pelo menos quatro décadas, o fortalecimento e construção de estratégias que possibilitem articular o projeto ético-político coletivo dentro das limitações impostas pelo estatuto assalariado mediadas pelo mercado, mas do entendimento do potencial deste projeto coletivo, que rompe as barreiras da profissão.

### **Considerações Finais**

A partir do debate travado aqui, considera-se fundamental, principalmente após a publicação das diretrizes curriculares em 1996, pela ABESS, a compreensão do Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho. Essa tese se justifica a partir do principal argumento de que, por mais que o Serviço Social não seja um “produtor direto” de valor, ele está inserido em diversos processos de trabalho, processos esses que estão inseridos no circuito do valor, se qualificando, portanto, como trabalho.

Por fim, compreende-se ainda que esse debate possui suma importância para que se possa construir um projeto profissional crítico que articule as dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no cotidiano profissional, na construção de uma atividade profissional realmente crítica e de transformações sociais junto a ação coletiva da população.

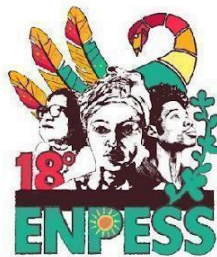
### **Referências Bibliográficas**

ABEPSS: *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 15 set. 2023.

AQUINO, Isaura. *Serviço Social e trabalho: os fundamentos teórico, metodológico e históricos da análise*. Tese (Doutorado em Serviço Social) - UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

ERUNDINA, Luiza. Processo e significado da virada. IN: *30 Anos do Congresso da Virada*. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (organizador), Conselho Regional de Serviço Social – São Paulo (CRESS- 9a. Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (coorganizadores). – Brasília, 2009.





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

GILO, Lara; LIMA, Walex. O Serviço Social é Trabalho? In: *VI Seminário CETROS*. Ceará. Anais eletrônicos. Ceará. 2018. Disponível em [https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/425-51430-18072018-205452.pdf](https://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51430-18072018-205452.pdf). Acesso em: 15 set. 2023.

GOMES, Beatriz; FURNO, Juliane. *Florestan Fernandes: Capitalismo Dependente, Revolução Burguesa e Sistema Político Brasileiro*. Rev. Florestan, Ano 2 (2015), n. 4. São Carlos. 2015

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2018<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. Revista Libertas Juiz de Fora, v.18, n.2, p.204-226, 2018b. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18603/9729>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis*, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VERDÈS-LEROUX, J. *Trabalhador social: prática, habitus, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.